

**MULTIDÕES EM CENA. PROPAGANDA POLÍTICA NO VARGUISMO E NO PERONISMO.**  
Maria Helena Rolim Capelato. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

Maria Helena R. Capelato apresenta neste livro os resultados de sua tese de livre docência em História da América, defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo em 1997, que teve por objetivo analisar o significado da propaganda política idealizada e utilizada pelo varguismo, no Estado Novo (1937) e pelo peronismo, no período de 1945 a 1955.

Dentro de uma abordagem comparativa, a autora transita pelos caminhos de uma história política renovada, cuja especificidade e riqueza estão em incorporar a sutileza que oferecem os campos do imaginário e do simbólico no processo de construção do poder político como mecanismo de controle social.

Propondo também a revisão de alguns conceitos a partir das novas contribuições sobre o tema, Maria Helena explora um novo viés dos estudos sobre o totalitarismo na Argentina e no Brasil ao destacar, na esfera do imaginário coletivo, a importância dos símbolos, das imagens, dos mitos e das utopias como elementos mediadores entre a política e a cultura e entre estas e o poder, sem se afastar, porém, do contexto histórico.

Neste sentido, a propaganda política, ao se valer desse imaginário coletivo, tem um importante papel de persuasão atuando sobre os sentimentos - individuais e coletivos - provocando reações, mascarando as diferenças e facilitando a manipulação. Assim, é fácil observar, segundo as palavras da autora, “a importância estratégica que tem no exercício do poder e no ocultamento de sinais de divisões e conflitos sociais, permitindo a manipulação diante dessa aparente unidade”.

Todavia, a autora, lembrando a De Certeau e Chartier, constata que a mesma mensagem de

propaganda não tem o mesmo efeito em sociedades e contextos históricos diferentes. Daí, a importância da aplicação do método comparativo, uma vez que este permite confrontar as diferenças e as semelhanças presentes na idealização das formas de propaganda política nos dois regimes estudados, bem como seus efeitos, apontando, assim, a complexidade de cada sociedade em determinado momento histórico.

A emergência das massas na cena política brasileira e argentina teve um momento importante no período de entre-guerras. Neste contexto, a autora lembra que sendo a crítica ao sistema liberal um elemento de importância no período que seguiu à Primeira Guerra Mundial, outros acontecimentos, como a Revolução Russa, por exemplo, vieram mostrar também a fragilidade do sistema liberal para dar resposta aos problemas sociais. Por isso, a questão das massas passou a um primeiro plano e, na América Latina, essa preocupação viu-se fortalecida pelos reflexos da grande crise de 1929, que incentivou a participação das correntes anti-liberais no terreno político.

Particularmente no caso brasileiro, a Revolução de 1930 deu a oportunidade para o surgimento de um novo modelo de Estado e de um líder que permitiria a integração das massas com o Estado. Na Argentina, um pouco mais tarde - em 1945 - esse modelo também serviria para consolidar a política de massas. Assim, a autora sustenta que: “As propagandas varguista e peronista apresentavam em comum, o fato de se constituírem em uma das bases de sustentação de um novo estilo de poder que foi introduzido nesses países”.

Apoiando-se num riquíssimo material documental, que inclui jornais, revistas, suplementos literários, textos escolares, filmes, músicas e fotografias, além de escritos políticos, discursos e de uma excelente bibliografia, Maria Helena Capelato detecta as especificidades e as diferenças no uso da propaganda varguista e peronista e, sobretudo, os objetivos que ambos pretendiam atingir.

A autora organizou sua obra em sete capítulos que vão incorporando gradativamente e através de múltiplas fontes, os elementos utilizados na montagem da propaganda política, o envolvimento dos personagens nesse processo e os objetivos que norteavam a propaganda nos respectivos governos. Recorrendo constantemente a exemplos específicos e a ilustrações permitiu visualizar com clareza os meios impressos utilizados como propaganda e os mecanismos para atingir seu público alvo.

No capítulo primeiro dedica essas páginas a dar identidade aos regimes políticos que são objeto de análise. Através de exemplos pontuais aproxima o leitor aos símbolos e imagens utilizados por ambos governos, sem esquecer, porém, que a “intensidade e a complexidade que oferecem devem ser interpretados à luz das próprias histórias nacionais e à forma como foram vividos os acontecimentos que afetaram as sociedades”. Escudos, músicas, datas, numerosas imagens reproduzidas em livros, revistas e jornais caracterizaram o apelo propagandístico de ambos regimes e a preocupação com o consentimento das massas. Mas também a montagem do “espetáculo do poder” contava com as comemorações que, inspiradas na Itália fascista e na Alemanha nazista, embora mais modestas como espetáculo, representavam o momento em que a propaganda política atingia seu maior sucesso com a demonstração de “um povo feliz e protegido por seu governo”.

Outro aspecto importante tratado foi a relação da propaganda política e o controle dos meios de comunicação. Fazendo uma aproximação ao fascismo europeu chama a atenção sobre a importância que os fascistas

davam aos métodos de comunicação em massa, fato que foi incorporado pelos regimes brasileiro e argentino. Todavia, embora os modelos italiano e alemão tenham servido de inspiração para este veículo de aproximação as massas, também seus resultados foram diferentes. Na Argentina, o controle dos meios de comunicação - rádio e imprensa, por exemplo - foi extremamente eficaz quando o governo incorporou 19 estações de rádio, 45 emissoras em todo o país e 23 jornais que foram amplamente utilizados para a propaganda do governo.

Também o varguismo utilizou largamente a imprensa e o rádio como veículos de propaganda. A censura e as pressões de ordem político e financeiras sobre os jornais transformaram o jornalismo “numa força coordenada pelo Estado”. O rádio, que nasceu sob o controle estatal, teve na “Hora do Brasil”, um espaço privilegiado para a informação manipulada, a exaltação do patriotismo e o gosto pelas artes populares. Este capítulo do livro está ricamente ilustrado com reproduções de cartilhas e livros escolares, que representam um outro lado da propaganda formadora de opinião utilizada tanto no varguismo como no peronismo, mostrando como a propaganda não se restringia apenas aos jornais e ao rádio, mas também à formação do “homem novo”, por meio da manipulação dos sentimentos individuais no amor à pátria e aos seus líderes, desde o recinto escolar.

O capítulo que trata da “Cultura e política no varguismo e no peronismo” refere-se à relação cultura/poder político. Nos regimes autoritários, essa relação assume um papel central na medida em que tolhe, propositalmente, a liberdade de expressão e criação. Fazendo referência a Lionel Richard, um dos estudiosos do nazismo e sua relação com a literatura e a cultura a autora mostra como, nesse regime, as artes foram “usadas para inculcar nas massas os valores do nacional - socialismo”. Todavia, o sucesso que o governo alemão atingiu por meio da propaganda desenvolvida como uma arte-propaganda, não foi o mesmo na Itália de Mussolini, o que não impediu a mobilização e participação das massas em ambos os casos.

No varguismo e no peronismo, a concepção de cultura e a organização da propaganda como

controle político foi inspirada nas experiências do nazismo e do fascismo, todavia, seus resultados, como no exemplo europeu, também foram diferentes. Tanto no varguismo como no peronismo, essa concepção de cultura tinha um valor utilitário. Na medida em que valorizavam a cultura nacional, negando os valores alheios à sua cultura, estes regimes aliavam o social ao político e justificavam a intervenção do Estado na preservação dos valores culturais nacionais.

Assim, teatro, cinema, música, artes plásticas e arquitetura foram utilizados em diversos graus pelos regimes, mostrando que a produção cultural, segundo a autora, “insere-se num projeto elaborado com base numa política de massas inaugurada no período” o que conduziu a uma integração dos campos cultural e políticos adaptados “às novas concepções de poder”. Esta reflexão sobre o significado da propaganda e da produção cultural direcionadas para atender os fins políticos específicos do peronismo e do varguismo, vem mostrar como, nesse contexto, a obra de arte e obra de propaganda se tornam inseparáveis, “formando um produto de natureza cultural e política”.

Certamente, a utilização da produção cultural e sua projeção sobre as sociedades brasileira e argentina, não poderia ter acontecido sem o engajamento dos intelectuais. Neste sentido, a autora foi muito feliz ao captar as diferenças e semelhanças entre o varguismo e o peronismo, na medida em que apresenta não apenas os intelectuais e artistas mais expressivos que se engajaram no projeto cultural de ambos regimes autoritários, como também aqueles que repudiaram a intervenção do Estado nesse campo que, particularmente no peronismo, mostrou uma forte resistência, mostrando as polarizações de opinião em ambas sociedades.

Ao referir-se no capítulo 4 à “Política de massas: uma nova cultura política”, a autora apresenta os resultados práticos do seu trabalho, ou seja, a construção da “nova cultura política” que se “configura pela introdução de uma política de massas”, cujo tempo histórico é a crise do liberalismo no final da Primeira Guerra. Nesse momento, as soluções alternativas buscavam a redefinição do papel do Estado que na Argentina

e no Brasil se configuraram como intervencionistas e com a presença de um líder carismático, que tinham como proposta a construção de uma “política adaptada à nova conjuntura mundial e às realidades nacionais”. Todavia, enquanto o varguismo colocava ênfase na reforma política visando o “progresso econômico” e a “ordem na sociedade” o peronismo punha seu acento na “justiça social”. O discurso peronista também fazia referência aos valores religiosos cristãos e hispânicos, privilegiando os sentimentos e esses valores como mediadores das transformações sociais. Já no varguismo, essa transformação social se espelhava em teorias científicas.

O tema da construção da cidadania traz também uma importante reflexão em torno da concepção de cidadania, que se define, nesse contexto, em torno do “cidadão/trabalhador” e não mais sobre o “cidadão/indivíduo”. No caso brasileiro, por exemplo, um dos traços que caracterizou a política varguista foi o trabalhismo, cuja mensagem/propaganda se consubstanciava através de vários canais de propaganda: dos discursos de Vargas, dos textos de caráter didático, do cine-jornal, dos manuais escolares, das festas cívicas, fotografias, cartazes e ilustrações, cujos destinatários eram os segmentos populares, particularmente, os trabalhadores.

A autora mostra, ainda, as diferenças entre o varguismo e o peronismo na sua concepção de cidadania do trabalho. Assim, para o primeiro a imagem do trabalhador não se identificava sempre com a do operário. Sua característica estava em representar a imagem do trabalhador identificado como um problema de todos os homens e não apenas do trabalhador/operário. Pretendia, assim, o varguismo, desmistificar a imagem que o comunismo criou sobre o papel da classe operária como agente das transformações sociais através da luta de classes.

No caso do peronismo, a questão da justiça social e da política trabalhista foi o bastião de sua popularidade. A doutrina justicialista, que representava a “terceira posição”, foi a fórmula encontrada pelo peronismo para a construção de

uma sociedade justa, entendendo-se por justa “nem capitalismo, nem comunismo”.

Assim, a autora destaca estas diferenças que: “enquanto o varguismo privilegia o trabalho como fator de produção destinado ao desenvolvimento material, o peronismo salienta a justiça social como elemento prioritário no que se refere ao mundo do trabalho”.

A propaganda peronista, no entanto, deixou marcas profundas na sociedade Argentina. Neste sentido, se por um lado, essa propaganda “representa um dos pilares de sustentação da política de massas”, por outro, ela não cumpriria com essa função sem ser acompanhada de reais mudanças nas condições de vida da população. Efetivamente, a situação favorável que a Argentina vivia após a Segunda Guerra favoreceu a aplicação da política peronista. Uma prova disso foi a questão salarial, quando entre 1946 e 1949 aumentaram os salários reais dos trabalhadores industriais em 53%. Por outro lado, o peronismo acenava para realizações imediatas, concretas, ao contrário do comunismo que pregava mudanças estruturais a longo prazo. Por isso, conclui a autora, o sucesso não pode ser explicado apenas em função da manipulação e do controle social.

As diferenças, portanto, entre o varguismo e o peronismo podem ser sintetizadas em que “enquanto na Argentina a “justiça social” foi o carro-chefe do peronismo, no Brasil, ela ocupou um papel secundário, já que o objetivo principal do novo regime era a reforma do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico e à disciplinarização da força de trabalho. Isso não significa que o governo não tenha introduzido modificações importantes no mundo do trabalho, mas elas são modestas quando comparadas com as ocorridas na Argentina”.

A autora resgata também o papel que teve a educação na formação de uma identidade nacional, em ambos regimes. Durante o governo de Vargas, por exemplo, o ensino da História do Brasil foi revitalizado e direcionado para inculcar nos jovens um novo sentido de pátria. Junto a isso, a questão nacional assumiu um papel central enfatizando as características da sociedade brasileira, condenando os separatismos e o

regionalismo, através de um Estado centralizado, que era o Estado Novo. Também, a questão da Marcha para o Oeste reforçava a intenção de integrar o território “vazio” à unidade nacional como uma necessidade de “completar” a nacionalidade brasileira.

Essa preocupação era transmitida por diversos meios que tentavam atingir, principalmente, aos jovens e adolescentes. O *Catecismo Cívico do Brasil Novo e o Brasil é Bom*, voltados para as crianças, são alguns exemplos da propaganda, nessa direção.

O peronismo também teve uma grande preocupação com a educação como um meio de transmitir os valores morais cristãos e preparar os jovens, desde crianças, para a educação política dentro dos princípios da doutrina justicialista. A luta empreendida, neste sentido, deu resultados positivos e a propaganda peronista impregnou o ensino com mensagens doutrinárias impressas nos livros escolares que desde os primeiros anos da escola investiam na formação de uma consciência nacional. Também a construção de uma identidade nacional foi feita com a recuperação das origens hispânicas, dos heróis e das datas cívicas, cujo teor emocional permitiu penetrar profundamente no imaginário coletivo.

No capítulo 7, a autora introduz o leitor num aspecto importante de ambos regimes que é a forma de lidar com as emoções. Na Argentina peronista e no Brasil varguista os valores coletivos estimulavam o amor à pátria que, simbolicamente, se associava à família e esta à Nação/Estado/Pátria, representando a união e a harmonia. Estes valores foram amplamente explorados por ambos regimes. A produção de imagens foi muito intensa no peronismo e o material de propaganda utilizado foi também mais numeroso e diversificado que no varguismo, todavia, ambos tinham como finalidade induzir a “moderação de sentimentos e controle das paixões”.

A figura do líder, característica marcante da política de massas, o poder místico e sua imagem divinizada, fundamental para a consolidação da política varguista e peronista, foi reforçada na Argentina pela figura feminina

de Eva Perón que “representa a natureza purificadora e redentora da sociedade”. Em ambos os casos, o poder personificado na figura do presidente tem uma “eficácia emocional e uma capacidade mobilizadora atribuída ao líder na relação com as massas”.

Um aspecto importante para o qual a autora chama a atenção é a questão da mudança de concepção sobre as massas. Particularmente no peronismo, estas aparecem como “aliadas” e não mais como “inimigas”, já não revelam temor à sociedade constituída pois são pacíficas, organizadas e colaboradoras dentro do movimento peronista. Contrariamente, no regime varguista, não eram enfatizadas as qualidades das massas mas as do seu líder em conduzi-las. Daí que a figura carismática de Getúlio Vargas fosse associada à do “pai dos pobres”, protetor e generoso e de “salvador da pátria”, inspirado na idéia de salvação e de sacrifício do líder.

Em seus aspectos comparativos os regimes de Perón e Vargas também podem ser confrontados em relação à sua projeção futura no imaginário político de ambos países. Muito

mais resistente ao tempo entre os argentinos do que nos brasileiros, a força política do peronismo é ainda hoje sustentada pelos mitos representados por Evita e por Perón que permanecem no imaginário popular. O varguismo se mantém hoje na lembrança dos que se beneficiaram da política do “pai dos pobres”, resgatada também, pela história oficial.

O livro de Maria Helena Capelato, fruto de um trabalho fecundo e de uma profícua e reconhecida trajetória profissional, constitui um estímulo aos estudos de história comparada na América Latina, permitindo reconstruir o caráter unitário de uma experiência complexa, numa dimensão analítica ampla, que convida à reflexão e ao discernimento dos efeitos da propaganda política no processo de legitimação do poder.

**Lilia Inés Zanotti de Medrano**

Professora de História da América e Coordenadora do Curso de História, no Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas, e-mail: medrano@puc-campinas.br.

